

Comissão de Trabalho e Segurança Social

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Data: 22 de janeiro de 2016

16H00

Iniciativa: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

Assunto: [Petição n.º 308/XII \(3.ª\)](#) – Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma.

Aos vinte e dois dias de janeiro de 2016, pelas catorze horas, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), na qualidade de relatora da petição supra identificada, juntamente com a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), recebeu em audição o Sr. José Augusto Oliveira, membros da Comissão Executiva da CGTP-IN, e a Sr.ª Fátima Canavezes, Coordenadora da Direção Nacional da Inter-Reformados / CGTP-IN, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de março, n.º 15/2003, de 4 de junho e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, que procedeu à sua republicação (Lei do Exercício do Direito de Petição).

A Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) cumprimentou os peticionários e propôs-se ouvi-los em nome da Comissão de Trabalho e Segurança Social acerca da matéria objeto da petição.

Os peticionários começaram por agradecer a disponibilidade da Deputada relatora. Apresentaram, de seguida, uma exposição com a posição reformulada à presente data, recordando que esta petição datava já de 28 de novembro de 2013, na qual expressaram uma expectativa de melhoria e de que haja uma resolução rápida desta questão pelo atual Governo e concluíram, por fim, pela defesa da reposição da idade legal de acesso à reforma para os 65 anos e da antecipação da reforma, sem penalizações, para trabalhadores com carreiras contributivas de 40 ou mais anos.



De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) que, depois de saudar os peticionários: manifestou acompanhar na íntegra a exposição dos peticionários; aludiu ao desfasamento de tempo entre a audição destes e a data de apresentação da petição, que mantém a sua atualidade; referiu o ataque nos últimos quatro anos aos reformados pela anterior Governo; afirmou que matérias relacionadas com o aumento da idade legal de acesso à reforma e o fator da sustentabilidade deviam ser revogados; esclareceu as iniciativas do PCP já tomadas nesta matéria, inclusive, em relação ao atual Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; frisou a necessidade de um aumento real das pensões e não só das pensões mínimas; concluiu, por fim, dizendo que o PCP continuará a intervir na Assembleia da República nesta matéria.

Interveio, depois, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) para: sublinhar o clima de insegurança permanente, sobretudo entre os reformados que dependem das pensões, como sendo um pecado capital da governação do anterior Governo; condenar a divisão dos portugueses e da sociedade portuguesa promovida com as justificações dadas para as medidas adotadas; realçar o comentário de Bagão Félix da falta de fundamento das alterações introduzidas na Lei de Bases da Segurança Social; referir o falseamento da discussão política e nos meios da comunicação social sobre esta matéria, confundindo-se questões estruturais com questões conjunturais; esclarecer que o PS teve sempre no seu programa uma base de trabalho muito clara sobre esta matéria e que o atual Governo já anunciara uma nova revisão à Lei de Bases da Segurança Social, bem como já tomara algumas medidas que deveriam ser encaradas no seu conjunto; indicar que o Orçamento do Estado para 2016 continuará a fazer um esforço que será prosseguido nos orçamentos do Estado seguintes, em função das alterações que vierem a ser introduzidas na Lei de Bases com a sua revisão; concluir, por fim, pela disponibilidade do PS para intervir na Assembleia da República nesta matéria.

Num comentário final, foi pelos peticionários dito que conheciam bem as posições das partes e que estavam dispostos a dialogar sobre todas as matérias transversalmente, que as regras de repartição suscitam preocupações, não só pelos reformados de hoje, mas também pelos de amanhã, e que tem de ser dado um sinal claro de valorização das pensões.

A final, a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) agradeceu os contributos dos peticionários, que considerou muito úteis, e explicou que, uma vez apresentado, o relatório final será presente à Comissão competente para ser apreciado.



Em representação dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS e do BE estiveram presentes os respetivos assessores, Paulo Martins, João Roseta e Joana Neto, para tomar devida nota do exposto pelos peticionários

A audição foi gravada e é de acesso público, integrando a [gravação](#) o presente relatório que dispensa maior desenvolvimento.

Nada mais havendo a tratar, a audição foi encerrada por volta das dezassete horas.

A DEPUTADA RELATORA,

Sónia Fertuzinhos

